



|                                  |
|----------------------------------|
| <b>CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI</b> |
| Protocolo Nº <u>010891/2025</u>  |
| 09 JUN 2025                      |
| Assinatura: <u>[assinatura]</u>  |

**MENSAGEM Nº 040/2025**

**Pirai, 06 de junho de 2025.**

C.M.P - PIRAI-RJ.

Processo nº 1089

Rubrica [assinatura] Fis 02

Exmo. Sr. Presidente,  
Nobres Vereadores,

Através da presente mensagem, e com muita dedicação e comprometimento do Executivo e do Legislativo, conseguimos dar continuidade a um processo de reestruturação das ações do governo, em relação aos nossos estimados funcionários públicos.

No início da nossa gestão, e com o apoio incondicional da Câmara de Vereadores, corrigimos o salário dos servidores que recebiam abaixo do salário mínimo, aumentamos os vencimentos dos Conselheiros Tutelares, concedemos o Vale Alimentação, e reajustamos os vencimentos dos servidores públicos em 7% (sete por cento).

Nosso compromisso com os servidores municipais, em atenção as suas necessidades passa por diversas ações, todas visando melhorar o ambiente de trabalho, a qualificação profissional, a busca por melhores salários e a satisfação profissional, condições fundamentais para que o servidor cumpra sua tarefa fundamental que é de servir bem ao público e ajudar nossa cidade ter uma melhor qualidade de vida.

Através da Lei Municipal nº 630, de 19 de dezembro de 2001, o Município de Pirai disciplinou o Estatuto e o Plano de Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal de Pirai, definindo o respectivo Quadro de Pessoal, estabelecendo normas de enquadramento, tabela de vencimentos e outras providências.

[assinatura]

No anexo III do referido diploma legal, foi fixada a tabela de vencimentos dos profissionais da educação, e os níveis de progressão funcional, aplicado nos casos de nova titulação ou habilitação, dentre as quais destacamos licenciatura plena, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Cumprir registrar que da edição da Lei nº 630/2001 até o ano de 2004, o percentual entre os níveis eram respeitados, o que deixou de ser obedecido a partir de 2005 até a presente data.

De acordo com os representantes dos profissionais de educação, a diferença entre os níveis de enquadramento, deixou de ser aplicada desde 2014 dentro dos percentuais assegurados em 2013, o que além desmotivar os educadores a se aperfeiçoarem, também ocasionou pedidos de exoneração, para assumirem vagas em outros municípios que valorizavam melhor os professores.

Assim, atendendo ao pleito dos profissionais da Educação e dentro das disponibilidades orçamentárias do Governo Municipal, apresentamos a esta Egrégia Casa de Leis, o presente Projeto de Lei, que atualiza os valores referentes a tabela de Progressão Funcional, inserida no anexo III da Lei nº 630/2001, bem como, estabelece uma Tabela Única para as categorias funcionais, eliminando as distorções com relação a formação profissional desses servidores, demonstrando o nosso compromisso de valorizar nossos educadores, para que o dom do conhecimento, seja transmitido de forma cristalina e duradoura aos alunos da nossa rede de ensino, transformando-os em cidadãos capacitados para um futuro melhor.

Cumprir ressaltar que o trabalho componente do Projeto de Lei em anexo, foi elaborado após profundo estudo e amplo debate entre os membros componentes das Secretarias de Administração, Educação, Fazenda e Procuradoria Jurídica, com a integral participação dos grupos representantes do Magistério Público do Município.

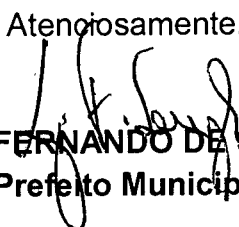


Objetivamente, podemos salientar, que a atualização da Tabela de Progressão Funcional do Magistério, faz com que os nossos professores tenham uma remuneração ainda mais condigna, estimulando a busca pela qualidade na educação, gerando mais oportunidades para as gerações atual e futuras.

Agradeço desde já, a cordialidade com a qual os projetos encaminhados para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, são recebidos e apreciados por Vossa Excelência e seus Dignos Pares, motivo pelo qual contamos com a aprovação do Projeto em apenso, visto sua importância para o futuro das nossas crianças e jovens na busca de um ensino de qualidade.

Aproveito para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.



**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Prefeito Municipal

**A Sua Excelência o Senhor**  
**MOACIR GONÇALVES DA ROCHA JUNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal de Pirai  
**PIRAÍ – RJ.**



## **PROJETO DE LEI Nº 61 /2025**

**Altera a tabela de vencimentos dos cargos do quadro permanente do Magistério Público Municipal, constante no anexo III da Lei nº 630, de 19 de dezembro de 2001.**

### **A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI,**

**Art. 1º** - A parte permanente do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, constituída pelas categorias funcionais de Docente I, Docente II e Especialista em Educação constante no Anexo III da Lei nº 630, de 19 de dezembro de 2001, passam a ter seus vencimentos base, estabelecidos de acordo com a Tabela Única constante no Anexo desta Lei.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da verba própria do orçamento que, em sendo necessário, será suplementada.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 2025.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

\*\*\*\*\*

JS



**ANEXO ÚNICO**

**QUADRO PERMANENTE**

**TABELA ÚNICA**

**DOCENTE I / DOCENTE II / ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO**

| Normal       | Graduação    | Pós<br>Graduação | Mestrado     | Doutorado    |
|--------------|--------------|------------------|--------------|--------------|
| NIVEL (A)    | NIVEL (B)    | NIVEL (C)        | NIVEL (D)    | NIVEL (E)    |
| R\$ 2.580,98 | R\$ 3.200,00 | R\$ 3.584,00     | R\$ 4.014,08 | R\$ 4.736,61 |

*JK*



**LEI Nº 630, de 19 de dezembro de 2001.**

**Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal de Pirai, define o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI aprova e eu sanciono a seguinte Lei.**

## **TÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DOS OBJETIVOS DO ESTATUTO**

**Art. 1º - Fica instituído, na forma do art. 67 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e do art. 9ª da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, o presente Estatuto e Plano de Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal de Pirai.**

**Parágrafo único - O Estatuto e o Plano de Carreiras e Remuneração de que trata esta Lei têm por objetivo precípuo incentivar a formação, a atualização, o aperfeiçoamento e a especialização do pessoal do Quadro do Magistério Público Municipal, visando a melhoria do desempenho de suas funções na formulação e execução das ações estabelecidas nas políticas nacionais e nos planos educacionais do Município de Pirai.**

**Art. 2º - Aplica-se ao pessoal do Magistério Público Municipal, complementar e subsidiariamente, o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Pirai, Lei Municipal nº 324, de 16 de junho de 1992 e demais leis referentes aos servidores públicos municipais.**

**Art. 3º - O exercício do Magistério inspirar-se-á nos seguintes princípios e valores:**



#### **CAPÍTULO IV DA PROGRESSÃO FUNCIONAL**

**Art. 31 - Progressão funcional é a percepção, pelo servidor do Quadro de Pessoal do Magistério, de vencimento superior ao que vinha recebendo, por nova titulação ou habilitação e avaliação de desempenho, observadas as normas estabelecidas neste capítulo.**

**Art. 32 - A progressão funcional é aplicável aos ocupantes dos cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal de Pirai.**

**Art. 33 - As progressões funcionais serão efetuadas, anualmente, no mês de junho, se houver candidato que preencha todos os requisitos estabelecidos no art. 34. desta Lei.**

**Art. 34 - Para fazer jus à progressão funcional o servidor deverá, cumulativamente:**

**I - cumprir o interstício de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no nível em que se encontra;**

**II - obter, desempenho suficiente avaliado em função da assiduidade, pontualidade e disciplina, de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 35 e 36 desta Lei;**

**III - obter, em instituição credenciada, as habilitações ou titulações na área de atuação do profissional de educação, conforme especificado no artigo 39 desta Lei.**

**Art. 35 - A avaliação de desempenho será analisada pela Comissão de Desenvolvimento Funcional do Magistério e por ela coordenada, observados os dados extraídos dos assentamentos funcionais do servidor.**

**Art. 36 - A avaliação de desempenho será considerada insuficiente para fins de progressão, sempre que o profissional de educação no período do interstício, apresentar:**

**I - 02 (duas) penalidades disciplinares;**

**II - 05 (cinco) faltas injustificadas ao serviço;**

**III - 10 (dez) atrasos de comparecimento ao serviço e/ou saídas antes do horário marcado para o término da jornada, sem justificativas.**

**Art. 37 - Suspendem a contagem do tempo para fins de progressão:**

**I - as licenças e afastamentos sem direito à remuneração;**



**Art. 32 - A progressão funcional é aplicável aos ocupantes dos cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal de Pirai.**

**Art. 33 - As progressões funcionais serão efetuadas, anualmente, no mês de junho, se houver candidato que preencha todos os requisitos estabelecidos no art. 34. desta Lei.**

**Art. 34 - Para fazer jus à progressão funcional o servidor deverá, cumulativamente:**

**I - cumprir o interstício de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no nível em que se encontra;**

**II - obter, desempenho suficiente avaliado em função da assiduidade, pontualidade e disciplina, de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 35 e 36 desta Lei;**

**III - obter, em instituição credenciada, as habilitações ou titulações na área de atuação do profissional de educação, conforme especificado no artigo 39 desta Lei.**

**Art. 35 - A avaliação de desempenho será analisada pela Comissão de Desenvolvimento Funcional do Magistério e por ela coordenada, observados os dados extraídos dos assentamentos funcionais do servidor.**

**Art. 36 - A avaliação de desempenho será considerada insuficiente para fins de progressão, sempre que o profissional de educação no período do interstício, apresentar:**

**I - 02 (duas) penalidades disciplinares;**

**II - 05 (cinco) faltas injustificadas ao serviço;**

**III - 10 (dez) atrasos de comparecimento ao serviço e/ou saídas antes do horário marcado para o término da jornada, sem justificativas.**

**Art. 37 - Suspendem a contagem do tempo para fins de progressão:**

**I - as licenças e afastamentos sem direito à remuneração;**





**II - as licenças para tratamento de saúde no que excederem 90 (noventa) dias, mesmo quando em prorrogação, exceto as decorrentes de acidente em serviço;**

**III - as licenças para tratamento de saúde em pessoas da família, no que excederem 60 (sessenta) dias;**

**IV - os afastamentos para exercício de atividade não relacionadas com o magistério.**

**Art. 38 - Caso a avaliação de desempenho seja considerada insuficiente, mesmo que preenchido o requisito de habilitação ou titulação, o servidor permanecerá na situação em que se encontra devendo cumprir o interstício de 1 (um) ano de efetivo exercício, para efeito de nova apuração de merecimento.**

**Art. 39 - As unidades escolares deverão enviar sistematicamente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os dados e informações necessárias à aferição do desempenho do pessoal do Magistério, para encaminhamento ao órgão de recursos humanos da Prefeitura.**

**Art. 40 - Preenchidos os requisitos estabelecidos no art. 34, incisos I e II, o Profissional da Educação terá sua formação analisada, para fins do inciso III do mesmo artigo, segundo os critérios abaixo:**

**§ 1º - Professor classe Docente I**

**NÍVEL A - habilitação específica oferecida em nível médio, na modalidade normal, com duração de 3 (três) anos.**

**NÍVEL B - habilitação específica oferecida em nível médio, na modalidade normal, com duração de 3 (três) anos, acrescida de Licenciatura Plena em curso de nível superior.**

**NÍVEL C - habilitação específica oferecida em nível médio, na modalidade normal, com duração de 3 (três) anos, acrescida de Licenciatura Plena, em curso de nível superior, seguida de curso de pós-graduação *lato sensu* com a duração de 360 (trezentos e sessenta) horas de aula.**



**NÍVEL D - habilitação específica oferecida em nível médio, na modalidade normal, com duração de 3 (três) anos, acrescida de Licenciatura Plena, em curso de nível superior, seguida de curso de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de Mestrado na área de Educação.**

**NÍVEL E - habilitação específica oferecida em nível médio, na modalidade normal, com duração de 3 (três) anos, acrescida de Licenciatura Plena, em curso de nível superior, seguida de curso de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de Doutorado, na área de Educação.**

**§ 2º - Professor classe Docente II**

**NÍVEL A – Habilidade específica obtida em curso de graduação correspondente à Licenciatura Plena.**

**NÍVEL B - Habilidade específica obtida em curso de graduação correspondente à Licenciatura Plena, acrescida de curso de pós-graduação na área de Educação.**

**NÍVEL C - Habilidade específica obtida em curso de graduação correspondente à Licenciatura Plena, acrescida de curso de pós-graduação em nível de Mestrado, na área de Educação.**

**NÍVEL D - Habilidade específica obtida em curso de graduação correspondente à Licenciatura Plena, acrescida de curso de pós-graduação em nível de Doutorado, na área de Educação.**

**§ 3º - Especialista de Educação**

**NÍVEL A - Curso de nível superior em Pedagogia, sendo que para o exercício dos cargos de Supervisor de Ensino e Orientador Educacional, serão exigidas as habilitações específicas.**

**NÍVEL B - Curso de nível superior em Pedagogia, sendo que para o exercício dos cargos de Supervisor de Ensino e Orientador Educacional, serão exigidas as habilitações específicas, acrescido de curso de pós-graduação *lato sensu*, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, na área de Educação.**



**NÍVEL C - Curso de nível superior em Pedagogia, sendo que para o exercício dos cargos de Supervisor de Ensino e Orientador Educacional, serão exigidas as habilitações específicas, acrescido de curso de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de Mestrado, na área de Educação.**

**NÍVEL D - Curso de nível superior em Pedagogia, sendo que para o exercício dos cargos de Supervisor de Ensino e Orientador Educacional, serão exigidas as habilitações específicas, acrescido de curso de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de Doutorado, na área de Educação.**

**Art. 41 - O comprovante de curso que habilita o servidor do Magistério Público Municipal é o documento expedido pela instituição formadora, acompanhado do respectivo histórico escolar ou registro profissional, na forma da legislação em vigor.**

## **CAPÍTULO V**

### **DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO**

**Art. 42 - Fica criada a Comissão de Desenvolvimento Funcional do Magistério, constituída por 5 (cinco) membros nomeados pelo Prefeito Municipal, por indicação da Secretária Municipal de Educação e Cultura, sendo pelo menos 3 (três) pertencentes ao Quadro Permanente do Magistério.**

**Art. 43 - A alternância dos membros constituintes da Comissão de Desenvolvimento Funcional do Magistério verificar-se-á a cada 3 (três) anos de participação.**

**Art. 44 - Havendo candidatos habilitados à progressão funcional a Comissão se reunirá, anualmente, no mês de março, a fim de coordenar a avaliação de desempenho dos servidores do Magistério, objetivando a aplicação do instituto da progressão funcional, definido nesta Lei.**

**QUADRO PERMANENTE**

*Classe*  
**DOCENTE I**

**INICIAL: R\$ 500,00**

| FORMAÇÃO           | NÍVEL | VENCIMENTO |
|--------------------|-------|------------|
| NORMAL             | A     | 500,00     |
| LICENCIATURA PLENA | B     | 550,00     |
| PÓS GRADUAÇÃO      | C     | 583,00     |
| MESTRADO           | D     | 652,96     |
| DOCTORADO          | E     | 770,50     |

- Carga Horária Semanal: 22 h 30 min ( vinte e duas horas e trinta minutos)

- Educação Infantil e Ensino Fundamental até 4ª série



**LEI Nº 1.111, de 02 de abril de 2013.**

**Altera a tabela de vencimentos dos cargos do quadro permanente do Magistério Público Municipal, constante no anexo III da Lei nº 630, de 19 de dezembro de 2001.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI aprova e eu sanciono a seguinte Lei.**

**Artigo 1º** - A parte permanente do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, constituída pelas categorias funcionais de Docente I, Docente II e Especialista em Educação constante no Anexo III da Lei nº 630, de 19 de dezembro de 2001, passam a ter seus vencimentos base, estabelecidos de acordo com a Tabela Única constante no Anexo desta Lei.

**Artigo 2º** - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da verba própria do orçamento que, em sendo necessário, será suplementada.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo, entretanto, seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2013.

**Artigo 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI, em 03 de abril de 2013.**

  
**LUIZ ANTONIO DA SILVA NEVES**  
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI  
GABINETE DO PREFEITO

C.M.P - PIRAI-RJ.

Processo nº 1099

Rubrica gk Fis 15

**ANEXO ÚNICO**

**QUADRO PERMANENTE**

**TABELA ÚNICA**

**DOCENTE I / DOCENTE II / ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO**

| Normal<br>NIVEL (A) | Graduação<br>NIVEL (B) | Pós Graduação<br>NIVEL (C) | Mestrado<br>NIVEL (D) | Doutorado<br>NIVEL (E) |
|---------------------|------------------------|----------------------------|-----------------------|------------------------|
| R\$ 1.100,00        | R\$ 1.540,00           | R\$ 1.724,80               | R\$ 1.931,77          | R\$ 2.279,48           |



Modernidade com Qualidade de Vida



ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA O REAJUSTE COM MAGISTÉRIO  
(ARTIGO 16 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)

| Nº PROCESSO | DATA       | ASSUNTO                                | ÓRGÃO                | MÊS DE REFERÊNCIA | RCL MÊS REF. | RCL                |
|-------------|------------|--|----------------------|-------------------|--------------|--------------------|
| XXXXX/2025  | XX/XX/2025 | PREVISÃO FOLHA COM REAJUSTE MAGISTÉRIO | GABINETE DO PREFEITO | MAIO              | 05/25        | R\$ 309.111.004,95 |

|                                    |                |                |  |
|------------------------------------|----------------|----------------|--|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA           | REFERÊNCIA     | NOVO CENÁRIO   | Metodologia: Este estudo usou como referência a Receita Corrente Líquida do mês de abril de 2025 = 309.111.004,95 e a Desp. com Pessoal dos Últimos 12 (doze) meses = 131.123.729,47, para calcular o valor da média das Despesas com Pessoal Mês = 11.300.745,38. A partir daí, calculamos, em cima do REAJUSTE, o novo valor da folha para o mês de junho/2025 = 11.584.831,48. O valor encontrado do Impacto Orçamentário foi de 284.086,10. Considerando a nova folha de pagamento no valor de R\$ 11.584.831,48, mais a projeção já realizada com o reajuste salarial de 7% multiplica por 12 meses mais 13º salário mais 50% de férias totalizaremos um valor de R\$ 147.043.446,24 até dezembro/2025, portanto elevando o percentual de pessoal para efeito dos limites de pessoal de 42,41% para 47,57%, com Impacto Orçamentário de 5,15%. Com esse impacto a administração estaria respeitando o limite de alerta com despesa de pessoal de 48,60% |
| DESP. COM PESSOAL ÚLTIMOS 12 MESES | 309.111.004,95 | 309.111.004,95 |  |
| DESPESA COM PESSOAL MÊS            | 131.123.729,47 | 147.043.446,24 |  |
| PORCENTUAL APLICADO - EXECUTIVO    | 11.300.745,38  | 11.584.831,48  |  |
| IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO    | 42,42%         | 47,57%         |  |
|                                    |                | 5,15%          |  |

CÁLCULO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA O REAJUSTE COM MAGISTÉRIO

DETALHAMENTO

| ÓRGÃO     | R\$ Base 05/2025 | PREVISÃO      | IMPACTO ORÇAMENTÁRIO | REAJUSTE (%) | % IMPACTO ORÇAMENTÁRIO EM RELAÇÃO A R.C.L. | % APLICADO EXECUTIVO REF. 05/2025 | % IMPACTO DO AUMENTO COM O APLICADO EXECUTIVO |
|-----------|------------------|---------------|----------------------|--------------|--|-----------------------------------|---|
| Executivo | 11.300.745,38    | 11.584.831,48 | 284.086,10           | 2,51         | 0,0919%                                    | 42,42%                            | 42,51%  |
| TOTAL     | 10.201.651,33    | 10.458.534,26 | 256.882,93           | 2,52         | 0,0831%                                    | 42,38%                            | 42,46%  |

| ENCARGOS | R\$ Base 05/2025 | PREVISÃO     | IMPACTO ORÇAMENTÁRIO | REAJUSTE (%) | % IMPACTO ORÇAMENTÁRIO EM RELAÇÃO A R.C.L. | % APLICADO EXECUTIVO REF. 05/2025 | % IMPACTO DO AUMENTO COM O APLICADO EXECUTIVO |
|----------|------------------|--------------|----------------------|--------------|--|-----------------------------------|---|
| FGTS     | 2.490,61         | 2.553,19     | 62,58                | 2,51         | 0,0000%                                    | 42,38%                            | 42,38%  |
| INSS     | 250.610,04       | 250.730,78   | 120,74               | 0,05         | 0,0000%                                    | 42,38%                            | 42,38%  |
| FPSMP    | 845.993,40       | 873.013,25   | 27.019,85            | 3,19         | 0,0087%                                    | 42,38%                            | 42,39%  |
| TOTAL    | 1.099.094,05     | 1.126.297,22 | 27.203,17            | 2,48         | 0,0088%                                    | 42,38%                            | 42,39%  |

|             |               |               |            |      |         |        |        |
|-------------|---------------|---------------|------------|------|---------|--------|--------|
| TOTAL GERAL | 11.300.745,38 | 11.584.831,48 | 284.086,10 | 2,51 | 0,0919% | 42,38% | 42,47% |
|-------------|---------------|---------------|------------|------|---------|--------|--------|

|                  |                   |               |
|------------------|-------------------|---------------|
|                  | Executivo         |               |
| Limite de Alerta | Limite Prudencial | Limite Máximo |
| 48,60%           | 51,30%            | 54,00%        |

C.M.P. - PIRAI-RJ.  
Processo nº 1089  
Rubrica 896 Fls 16